

Leitura e cidadania

JASON PRADO

Como a leitura pode ajudar a construir pessoas conscientes de sua cidadania, a partir de conceitos estancos como escolhas, família, trabalho, identidade e meio ambiente?



Seja bem-vindo ao Programa de Leitura da Petrobras – Bacia de Campos, versão 2005.

Este ano, mais que ajudá-lo a construir um repertório de leituras ou oferecer o suporte para seu incentivo em sala de aula, queremos aprofundar o seu contato com linguagens que se tornaram predominantes na sociedade atual – onde a imagem, mais do que nunca, substitui as palavras –, mas que utilizam o texto como base criativa.

Propomos um trabalho sistemático de leitura de três linguagens intrinsecamente ligadas à existência humana (escrita, cena e forma) e abrir os nossos horizontes para algumas obras produzidas

sobre essas superfícies. Pretendemos utilizá-las como veículos de compreensão, desenvolvimento e solidificação de valores de cidadania, especialmente no que tange às nossas escolhas, à família, o trabalho, o ambiente que nos cerca e ao que nos ajuda a estruturar a identidade.

Para conduzir esse projeto, convidamos três pessoas notoriamente ligadas à produção intelectual nas linguagens citadas, para que nos abram outras portas de percepção e nos indiquem um caminho de investigação sobre essas ferramentas de expressão e o que elas nos dizem sobre o humano, de forma que cada um de nós se torne um leitor e um produtor nesses

formatos.

Nossos curadores, como você já deve ter lido na capa deste Índice ^[1], são a escritora Marina Colasanti, o dramaturgo Alcione Araújo e o artista plástico Luis Guilherme Vergara.

E para conferir a esse trabalho um fio condutor – ou uma lógica acadêmica – convidamos o Professor Júlio César Diniz, a quem entregamos a curadoria do viés educacional.

Além deles trazemos os textos e imagens mais significativos sobre os temas escolhidos e traremos ainda, ao longo do ano, muitos outros escritores e artistas que nos ajudarão a percorrer essa aventura pelos temas abordados.

^[1] Além desse Índice, outras cinco publicações abordarão os temas e as linguagens propostas e serão distribuídas ao longo do ano letivo de 2005.

Pretendemos envolver todas as escolas participantes do Programa de Leitura da Petrobras num enorme e barulhento projeto de construção de identidades e de sua livre expressão, de forma que seja possível perceber, ao final desse ano letivo, o papel da leitura e da utilização das linguagens na formação de pessoas conscientes de si, dos outros e do espaço que as cercam.

Mas, ao mesmo tempo em que o convidamos para mergulhar nessa proposta que inauguramos com essa publicação (até onde o sabemos inédita e reunindo boas experiências testadas e aprovadas), queremos aproveitar sua atenção para fazer uma abordagem mais profunda dos conceitos envolvidos na formulação que resultaram no subtítulo desse texto. Afinal, você é um dos milhares de educadores envolvidos com o Programa de Leitura da Petrobras e, portanto, um leitor privilegiado.

Qual deveria ser o lugar da Leitura numa Escola formadora de Cidadãos?

Foi no começo da década passada, a última do segundo milênio, que começamos esse Programa de incentivo à leitura. Os conceitos de *analfabeto funcional* (aquele que lê e escreve, mas não compreende o que está escrito) e de *letramento* (capacidade de utilização da escrita e da leitura para uma prática social) eram muito recentes. O Brasil ainda se movia inercialmente por esforços paquidérmicos como o Mobral, que, em nome da erradicação do analfabetismo, pretendia dar a todos os nossos compatriotas a capacidade de escrever e reconhecer o próprio

nome quando representado pelo conjunto de caracteres do código alfabético conhecido como língua portuguesa.

Quando se falava de livro na educação, quase sempre estava se fazendo referência à quantidade de livros didáticos enviados às escolas, ou de espaços de confinamento chamados de “biblioteca escolar”, onde se sacralizava o objeto e se punia os alunos.

Como era comum, naquela época, castigar crianças mandando-as copiar páginas e páginas de poemas parnasianos na solidão das bibliotecas. Mesmo nas melhores escolas, na segunda metade do século, a leitura dependia de um ou outro professor que envolvia seus alunos mais “sensíveis” na leitura dos autores consagrados. Lia-se nas escolas de classe média alta porque esse saber “desnecessário”, assim como a fluência em francês, era um diferenciador de classes. Aliás, atrasadíssimo. No início do século XIX, Sthendall começa seu maravilhoso romance “O Vermelho e o Negro” exatamente com essa necessidade de exibição burguesa de um prefeito que contrata um professor para ensinar seus filhos a ler.

No campo da “*promoção da leitura*” – entre aspas e em itálico para que fique caracterizado o seu alcance –, surgiam campanhas ingenuamentemânticas, sugerindo que “ler é uma grande viagem”, ou que há um enorme “prazer da leitura”. Como se pode convencer a uma criança ou a um adulto que há prazer ou aventura na leitura de “O Processo”, ou de “Dom Casmurro”, por exemplo? Poderíamos, sim,

falar do sofrimento, da dor, do sufoco presente em livros como “O Germinal”, onde Zola nos prende durante dezenas de páginas no fundo de uma mina de carvão, em situação de total desespero. Podemos, também, falar sobre como isso ajuda a desenvolver o pensamento e formar uma pessoa. Mas não é esse benefício intangível que fará alguém ler, gostar de ler e saber ler.

Nesses catorze anos em que trabalhamos com a leitura, milhares de projetos de maior ou menor relevância, governamentais ou não, foram criados e implantados com o objetivo de incentivá-la e promover o letramento. Também não foi pouco o que se estudou ou se falou a respeito. Nós mesmos, sozinhos ou em parceria com algumas importantes entidades de ensino e pesquisa, realizamos um número significativo de encontros sobre esse assunto.

De fato, muitas coisas mudaram de lá até aqui. Talvez as mais significativas sejam, respectivamente, a universalização do conceito de analfabetismo funcional – que tem sido objeto de congressos e seminários por todo o país, e cujos índices são pesquisados oficialmente pelo MEC e organismos internacionais – e a enxurrada de livros de literatura que começou a inundar o ambiente escolar: hoje, a grande maioria das nossas escolas dispõe de um acervo básico desse tipo de livro.

Contudo, nos chama a atenção o resultado apresentado pelo SAEB – Sistema de Avaliação do Ensino Básico de 2004, indicando que 95% dos alunos matriculados na

quarta série apresentam rendimento insuficiente de compreensão de leitura. Um absurdo.

Como chama a atenção que 67% dos alunos brasileiros com 15 anos, independentemente da série em que estejam matriculados, sejam completamente excluídos da sociedade letrada.

Não se trata, aqui, da capacidade de ler um texto extenso e complexo como Machado de Assis, ou intenso, complexo e com altíssima necessidade de reflexão como James Joyce. Em ambas as pesquisas, o nível de compreensão de leitura que se pretende como “adequado” é de textos compatíveis com a idade e as séries avaliadas. No primeiro caso, por exemplo, coisas como instruções de uso impressas no rótulo de uma garrafa de álcool.

O que poderia justificar esse contra-senso?

No nosso entendimento as políticas públicas de promoção da leitura têm errado porque focam a questão por um prisma equivocado. Discute-se – e muito – o acesso e a posse dos livros como ponto de partida para modificação desse quadro.

Talvez porque a prensa de Gutenberg tenha promovido a maior revolução da história com a democratização do saber, confunde-se, secularmente, o poder libertador do conteúdo dos livros com a possibilidade ficcional de que eles tenham uma espécie de *toque de Midas*-, capaz de dotar o seu proprietário com todas as qualidades e predicados da humanidade, desde um mínimo respeito ao próximo, até o mais profundo senso ético, a completa fruição estética, o nirvana

do saber absoluto...

Quantas vezes já não ouvimos frases como “um país se faz com homens e livros”, ou “o maior tesouro de um homem é sua biblioteca”? Entendemos essas frases como libelos publicitários, esculpidos primorosamente para reforçar o mercado editorial.

Um argumento favorável a essa teoria é o nome com que o Governo Federal batizou o atual Programa de incentivo à leitura: Fome de Livro.

Os estudos que orientam os esforços do governo confundem a quantidade de livros lidos com a quantidade de livros vendidos por habitante (1,8 livros per-capita). Jamais se falou em livros disponíveis por habitante, que seria o indicador de bibliotecas, ou de livros lidos em qualquer instância. Nessa manipulação estatística, em quanto cresceria esse número se expurgássemos de seu cálculo 25% relativos aos que, segundo a Unicamp, são totalmente excluídos por miséria absoluta. Ou ainda se tirássemos uns 15% relativos aos que ainda não chegaram à idade em que se espera que possam ler alguma coisa, ou seja, quando cursam a quarta série do ensino fundamental. Por que não se incentiva o brasileiro a ir buscar um livro numa biblioteca, por exemplo, ao invés de uma livraria? Ou a passá-lo adiante depois de lido?

Não bastasse isso, as três instâncias governamentais compram milhões de livros anualmente para suas escolas (ou para a população, nas bienais, onde se distribui o famoso “vale-livro” para que professores e alunos tenham os seus

próprios exemplares em casa) e as nossas melhores empresas doam acervos de todos os tamanhos para escolas públicas. Por quê ninguém nunca fala sobre a quantidade de livros impressos e vendidos no Brasil nos últimos dez anos, por exemplo? Por quê ninguém discute onde foram parar os livros vendidos ao Governo nesse período?

Como decorrência, a indústria do livro no Brasil é uma das mais sofisticadas do mundo, com grande participação do capital internacional. Produz objetos preciosos, ricamente ilustrados, com capas primorosas e em papéis altamente sofisticados. E possui uma das mais charmosas cadeias de distribuição: as livrarias – lojas sedutoras, equipadas com bares, cafés, autores e gente famosa para o deleite e perdição de consumidores indefesos.

Constatamos que, apesar do aumento dos livros em circulação, algo de grave impede que mais da metade dos alunos com 15 anos possa extrair qualquer informação de suas páginas.

Em 2000, num documentário sobre o Leia Brasil realizado em Sergipe, dentro de uma série chamada “Caminhos e Parcerias”, a TV Cultura de São Paulo mostrava uma menina de aproximadamente 14 anos lendo umas quatro vezes a primeira estrofe do poema “Canção do Exílio”, de Gonçalves Dias. Pela forma como ela diz a palavra Sabiá, nas quatro tentativas, trocando a sílaba tônica e confundindo com sábio, inclusive, fica claro, de forma constringedora, que ela não associa, em momento nenhum, o Sabiá que canta com um passarinho

tão comum em qualquer arbusto frutífero desse país.

Isso preocupa.

Preocupa porque subtrai, à menina, a capacidade de utilizar o código escrito para informar à humanidade sobre a sua existência.

E preocupa porque impede à humanidade a utilização da linguagem escrita para explicar à menina o que é essa sociedade onde ela se insere sem jamais pertencer – ou pertence sem jamais se inserir.

Na sociedade industrial, as tarefas repetitivas – como aquelas que enlouquecem o genial Charles Chaplin em “Tempos Modernos” –, dispensavam esse domínio da escrita e da leitura para inserção na vida adulta, ou, em outras palavras, na fase *economicamente ativa*. Os estudos sociológicos, aliás, dão conta dos diversos mecanismos de controle estabelecidos pelos donatários do capital para transformar as escolas em centros de formação de mão-de-obra, e estas em *recursos-humanos* para viabilização do modelo produtivo.

Na sociedade digital, os comandos numéricos foram substituídos por chips com altíssima capacidade de armazenamento e as operações de transferência de crédito (nome atual para as atividades das quase extintas agências bancárias) são realizadas “on-line”. As pessoas que não dominam o código escrito estarão completamente alijadas dos benefícios do desenvolvimento humano.

Traçando um paralelo com a Revolução Industrial, que desencadeou transformações radicais na organização social, estamos à beira de um embate

entre os controladores da ordem econômica: ao sul deste ringue os que lucram com a sociedade do espetáculo, com a comunicação simbiótica e minimalista dos códigos não lingüísticos; a indústria da diversão, dos Big Brothers. Pelo norte, os setores que precisam de consumidores–e-trabalhadores-para produtos inteligentes e sofisticados, como os celulares multiusos, os carros computadorizados e o “e-commerce”. Apanhando sempre, os iletrados, soldados despossuídos de voz e comando.

Enquanto esta guerra não chega para orientar o grau de eficiência que se deseja nas políticas oficiais de promoção da leitura, podemos pensar no letramento como uma insurgência dos movimentos sociais. São os segmentos orientados para a inclusão de todos no espectro da sociedade que estão empunhando essa bandeira. E não há trincheira melhor para essa batalha que a escola.

Aí entra o nosso trabalho conjunto.

Entendemos que a leitura tem que ser objeto de ocupação da escola porque ela é o caminho para formação do indivíduo, e a escola se propõe a ser o espaço para essa ocorrência.

Sabemos que é pelo contato com os mais diversos textos que um aluno pode “experimentar” vivências alheias e construir as referências que sustentarão as suas escolhas. É quando ele sai do discurso objetivo do saber científico e entra em contato com os “eus” e “tus” das personagens literárias, que passa a exercer a subjetividade que o afirma como pessoa, como

indivíduo, como cidadão.

Na sociedade letrada os ritos de iniciação e passagem são substituídos facilmente pelo cotejamento de experiências ficcionais, dada a capacidade de diálogo que a literatura estabelece com o leitor, ora identificado com uma, ora com outra personagem de um mesmo universo imaginário. Lendo textos aparentemente ingênuos como “Chapeuzinho Vermelho” e “João e Maria”, por exemplo, qualquer criança tem um contato transformador com os conceitos de família, competitividade, violência e diferenças geracionais.

Isso não vale só para os alunos de hoje. Vale principalmente para os alunos de ontem, que não receberam esse suporte em sua formação e hoje estão encarregados de educar as novas gerações.

Sabermos que uma das formas mais contundentes de se incentivar a leitura é pelo exemplo. Crianças que têm acesso aos textos e vêem adultos lendo, têm muito mais probabilidade de se tornarem leitoras. Ora, quantas estruturas familiares, na sociedade brasileira desse terceiro milênio, conseguem preencher esse quadro? Restam, portanto, a escola e seus professores para esse papel.

Mas a leitura só vai entrar nas escolas se fizer parte do projeto pessoal de cada um de seus professores, porque não há força política nem econômica que consiga resultados se não conquistar cada um desses agentes de transformação.

Não há receitas para isso, mas a experiência mostra que

a valorização do profissional e a melhoria da auto-estima são determinantes de seu envolvimento. Se não houver vontade política por parte dos governantes (em última instância, dos dirigentes de ensino), por exemplo, capaz de garantir a remuneração do professor em suas atividades de desenvolvimento pessoal, em que hora esse profissional vai estudar e se aperfeiçoar?

Por isso a nossa proposta é dar a cada um dos professores participantes desse Programa o suporte de treinamento contínuo, para que eles recuperem o que faltou nos seus cursos de magistério. Para que, com suas práticas pedagógicas renovadas, eles consigam contagiar seus alunos com o vício do pensamento – doença que, ao contrário daquela que se apropria dos livros (e os aprisiona em estantes), se alimenta dos textos.

Não há avaliações disponíveis para se verificar, num universo tão grande e com tantas variáveis, qual o percentual de professores e alunos que se tornaram leitores dentro desse Programa. A recém criada “engenharia social” tem fórmulas requintadas para mensurar o impacto desta ou daquela iniciativa. Por outro lado, o compromisso com o espetáculo tem produzido cenas inquietantes de despossuídos iniciados em dança contemporânea e industrializando arte popular. Particularmente acreditamos que ainda não surgiu um instrumento preciso de verificação do crescimento de cada ser humano e o impacto disso na sociedade. Talvez os resultados comecem a surgir nas campanhas políticas. Mesmo assim

pesquisamos sistematicamente a leitura nas comunidades escolares envolvidas e já podemos nos apropriar de alguns indicadores objetivos para mensurar o acerto dessas premissas. Em todo caso, para nós, as mais significativas se verificam no dia-a-dia:

1. Há um consenso entre os dirigentes de ensino da região, independente de corrente partidária, sobre a importância e os méritos desse trabalho de incentivo à leitura, o que facilita o envolvimento de todos e a luta incessante por seus resultados;

2. Está próximo de zero nessas cidades o número de escolas desprovidas de “salas de leitura” (ambientes propícios ao contato com o texto, gerenciados por profissionais preparados para este fim específico). Quando iniciamos o Programa, era o inverso.

3. Sem oferecer benefícios materiais nem a posse de objetos o Programa mobiliza e motiva centenas de milhares de brasileiros que o recebem com um sorriso no rosto.

Talvez isso se deva à aposta que fazemos em prol do humano. Ao unirmos o capital e o poder público num projeto de instrumentação do ensino para a construção da cidadania, privilegiamos os investimentos na formação do professor leitor, certos de que cada um deles semeará inquietação, crítica, comprometimento ético e senso estético.

Afinal, para ensinar as operações básicas da matemática, basta o conhecimento científico.

Para se ensinar a formulação e a compreensão de questões com

a matemática, é necessário, além de talento, que o aluno seja leitor.

Mas para se ensinar as equações humanas, aí é preciso que o professor seja leitor.

Desejamos sucesso no seu projeto de ensino.

JASON PRADO Diretor da Argus e diretor do Leia Brasil - ONG de incentivo à leitura.

“Um ser humano não se forma sem leitura, sem a bagagem essencial de partilhar da vida de personagens, de entrar em cenários, de contar o tempo com esses seres de papel. (...)”

Há uma certa delicadeza de alma que só a leitura propicia. Sem livros, a vida é selvagem, bruta, dura. Não há transcendência possível. Não há a humanidade necessária”.

CINTIA MOSCOVICH, jornalista, escritora e mestre em teoria literária